

Registros de autoridades em RDA na Universidade Federal de Juiz de Fora: o controle de autoridades pessoais do corpo docente da instituição

RDA authority records in the Federal University of Juiz de Fora: the control of personal authorities of the institution's faculty

Fabiola Rubim Silva

Bibliotecária-documentalista da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3470862820521303>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8786-7819>

E-mail: fabiola.rubim@ufjf.edu.br

Uiara Gonçalves Soares

Bibliotecária-documentalista da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública pelo Programa de Pós-Graduação Profissional do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9876337860271355>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8660-7599>

E-mail: uiara.soares@ufjf.edu.br

Resumo

O artigo retrata um estudo de caso sobre a implementação do novo modelo de catalogação, o Resource Description and Access (RDA) nos registros de autoridade pessoal no catálogo de autoridades da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Apresenta informações sobre a UFJF, seu sistema de bibliotecas gerenciado pelo Centro de Difusão do Conhecimento (CDC) e o desenvolvimento do catálogo de autoridades. Mostra as decisões tomadas pelo setor de Processamento Técnico da Biblioteca Central diante da implementação do RDA, a definição dos campos MARC21 do formato autoridades para utilização, o tipo de autoridade que inicialmente contará com o novo modelo de descrição e a amostra inicial. Ao final do trabalho são apresentadas as dificuldades em relação à falta de recursos humanos e de capacitação especializada e as perspectivas futuras do uso do RDA na UFJF.

Palavras-chave: Catalogação. Controle de autoridade. RDA.

Abstract

This article presents a case study about the implementation of the new cataloging model, Resource Description and Access (RDA), in the personal authority records in the Federal University of Juiz de Fora (UFJF). It presents information about UFJF, its library system which is managed by the Center for Knowledge Dissemination (CDC) and the development of the authority catalog. It shows the decisions made by the Technical Processing sector of the Central Library regarding the implementation of the RDA, the definition of the MARC21 fields for personal authority that should be used and the sample of

the type of authority that should start with the new data insertion model. At the end of the paper, we present the difficulties related to the lack of human resources and specialized training and the future perspectives of the use of the RDA in the UFJF.

Keywords: Cataloguing. Authority control. RDA.

1 Introdução

A Universidade de Juiz de Fora (UFJF) foi criada em 23 de dezembro de 1960 com a fusão de estabelecimentos de ensino superior de Juiz de Fora, por um ato do então presidente Juscelino Kubitschek. Seu campus universitário foi construído em 1969 onde permanece até os dias atuais (UFJF, 2017).

O Centro de Difusão do Conhecimento (CDC) é um órgão suplementar na administração da UFJF, subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, responsável pelo gerenciamento das 18 bibliotecas da instituição – uma biblioteca central e 17 bibliotecas setoriais. A estrutura organizacional do CDC é composta por uma coordenação geral e três gerências gerais: Gerência de Acervo, Gerência de Atendimento e Gerência de Referência e Comunicação. A Gerência de Acervo é a responsável pelas decisões referentes ao processamento técnico dos materiais informacionais (catalogação, classificação e indexação).

Recentemente foi realizada a aquisição do *software* Pergamum para o gerenciamento do acervo em substituição a um sistema próprio da UFJF, o SIGA. Desta forma, as bibliotecas da UFJF passaram a contar com um sistema em MARC21 efetivamente, o que possibilitou aprimorar os processos de catalogação e controle de autoridades.

A migração que ocorreu do SIGA para o Pergamum revelou uma grande quantidade de dados bibliográficos e de autoridade em multiplicidade. A falta de consistência nos pontos de acesso levou à centralização da criação de novos dados de autoridade, que passou a ser realizada pela equipe de processamento técnico na Biblioteca Central. Esse novo procedimento de criação dos pontos de acesso de representação descritiva e temática para os dados de autoridade da UFJF desencadeou a proposta de considerar a adoção de elementos do *Resource Description and Access* (RDA) para esses dados, pois a criação de registros de autoridade mais completos facilitará a transição para os futuros esquemas de estruturação de dados totalmente em RDA.

Portanto, o objetivo desse artigo é apresentar um estudo de caso sobre a implementação do RDA nos registros de autoridade dos docentes da UFJF no catálogo das bibliotecas da UFJF.

2 Catalogação e controle de autoridades na UFJF

Às 18 bibliotecas do CDC contam com um acervo de 183.683 títulos e 376.775 exemplares. A catalogação do acervo é feita de forma descentralizada pelas bibliotecas da UFJF. Atualmente os únicos materiais catalogados de forma centralizada na Biblioteca Central são a produção intelectual da própria UFJF, as teses e dissertações. A descentralização da catalogação e o uso até 2017 do software de gerenciamento SIGA trouxeram como consequência a multiplicidade nos registros bibliográficos e de autoridade. Uma característica do SIGA que agravou as inconsistências nos dados de autoridade é que o modo de inserção desses dados era através de campos de texto com escrita livre, ou seja, não era possível um controle dos pontos de acesso de autor e assunto.

A catalogação e a indexação dos itens que compõem o acervo das bibliotecas geram um catálogo de pontos de acesso de autor e assunto, que são a forma pela qual a biblioteca comunica à comunidade o conteúdo do seu acervo. Entende-se por controle de autoridades os procedimentos técnicos desempenhados que visam gerar consistência e precisão a esses pontos de acesso.

Apenas dessa forma é possível a concretização do objetivo das bibliotecas de comunicar a sua comunidade de usuários o conteúdo do seu acervo com precisão e eficiência. O valor do controle de autoridades é ressaltado por Assumpção e Santos (2013, p. 12):

O controle de autoridade possibilita a existência de uma ferramenta para o acesso à informação (o catálogo) em que o usuário consiga navegar e encontrar um único recurso informacional ou todos os recursos associados a uma determinada entidade sem a necessidade de ele conhecer todos os nomes pelos quais tal entidade é conhecida.

A partir da migração do SIGA para o Pergamum no segundo semestre de 2017 foi constatada a necessidade de revisão do processo de inserção dos dados de autoridade para que o problema da inconsistência e excesso de registros para uma mesma autoridade não permanecesse. Conforme mencionado, a solução adotada foi a centralização do processo de criação de registros de autoridade na Biblioteca Central. Mediante a necessidade de inserção de novos registros de autoridade pelas bibliotecas setoriais, estas devem solicitar a criação pela Central. Desta forma, as novas autoridades criadas seguem um modelo padronizado. Paralelamente, o controle de autoridades de forma retrospectiva também foi iniciado.

Ao iniciar o processo de controle de autoridades percebeu-se que a ausência da padronização dos registros por tanto tempo gerou muita dispersão e imprecisão também na produção intelectual da UFJF, conforme demonstra a Figura 1. Por isso, houve a definição de que a prioridade seria verificar, unificar e padronizar os registros do corpo docente da UFJF e também fazê-los de forma mais completa possível.

Figura 1 – Autoridade de docente da UFJF com múltiplos registros

Pesquisa autoridades				
Nome autoridade:	Curi, A			
Tipo da pesquisa:	Qualquer posição no texto			
Código:				
<input type="checkbox"/>	8661	\$a Arcuri, Alice Goncalves	100	9
<input type="checkbox"/>	8662	\$a Arcuri, Arthur,	100	1
<input type="checkbox"/>	8663	\$a Arcuri, Arthur, \$x Biografia	100	1
<input type="checkbox"/>	42585	\$a Curi, Abdala Daniel	100	3
<input type="checkbox"/>	42587	\$a Curi, Abdalla Caniel	100	1
<input type="checkbox"/>	42588	\$a Curi, Abdalla Daniel	100	43
<input type="checkbox"/>	42586	\$a Curi, Abdalla Daniel	100	1
<input type="checkbox"/>	42589	\$a Curi, Albdalla Daniel	100	10
<input type="checkbox"/>	42590	\$a Curi, Alcides Beretta	100	2

Fonte: Os autores, 2019.

3 Registros de autoridades pessoais em RDA

No processo de criação e correção do catálogo de autoridade considerou-se a viabilidade da utilização do RDA, que surge como um novo modelo de representação descritiva. O RDA estabelece uma ampliação para descrição de múltiplos recursos informacionais, sendo voltado para a promoção do acesso e descoberta dos recursos informacionais, proporcionada pelas relações que promove entre os registros. Esse novo padrão tende a futuramente substituir o AACR2. O RDA é “baseado numa estrutura teórica projetada para o ambiente digital e privilegia as necessidades dos usuários e potencializa o catálogo para ser fonte de informação e não apenas o espelho do que está no acervo” (TEIXEIRA, 2013, p. 4).

Os principais benefícios da implementação do RDA nas autoridades que motivaram a iniciativa na UFJF são a possibilidade de uma descrição mais completa nos dados de autoridade, com informações que possam servir para descrever e localizar com precisão as instituições relacionadas aos docentes, suas áreas de atuação e a distinção dos locais de trabalho entre os campi existentes. Além da ampliação dos registros de relacionamento entre as autoridades preconizados pelo RDA, o que beneficia a navegação e a descoberta de recursos informacionais pelos usuários.

Como todos os registros de autoridade estão sendo criados e corrigidos pareceu adequado utilizar os meios mais atuais disponíveis para fazê-lo e, ainda, evitando o retrabalho futuramente. Assim, para implementar o uso do RDA, optou-se por iniciá-lo pelo catálogo de

autoridade. Foram recortadas as autoridades de docentes da UFJF para iniciarmos o trabalho. Optamos pelos docentes ligados ao curso de Farmácia para começar a inserir os campos MARC21 disponíveis em consonância com o RDA.

Os campos definidos a serem utilizados nos registros de autoridade são:

Quadro 1 – Campos MARC21 adotados

Campo	Descrição	Subcampo	Descrição subcampo
040	Fonte catalogadora (NR)	e	Fontes convencionais de descrição de dados (R)
370	Locais associados (R)	g	Local de origem do trabalho (R)
372	Campo de atividade (R)	a	Campo de atividade (R)
373	Instituições associadas (R)	a	Instituição (R)
374	Profissão (R)	a	Profissão (R)
375	Gênero (R)	a	Sexo (R)
377	Idiomas associados (R)	a	Código idioma (R)
378	Forma completa do nome (NR)	q	Forma completa do nome (NR)

Fonte: Os autores, 2019.

Foram utilizados alguns catálogos de autoridades de bibliotecas que aplicam o RDA nas autoridades pessoais para auxiliar na definição dos campos como: a Library of Congress (LC), a Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Foram consultados os parâmetros para autoridade dos campos disponíveis no próprio sistema Pergamum, uma vez que nem todos os campos MARC21 que poderíamos utilizar RDA estão disponíveis para uso, por exemplo o campo 046, 336 e 368.

Para a inserção das informações nos campos foram utilizados como fontes de dados: o próprio sistema Pergamum; a Plataforma Lattes; as teses, as dissertações ou as obras produzidas ou orientadas pelos docentes e se necessário contato direto com o docente.

Podemos observar na Figura 2 um exemplo de uma autoridade construída com os campos MARC21 pré-definidos no quadro 1. No campo 370 (locais associados) escolheu-se o subcampo \$g (local de origem do trabalho), pois é a informação mais relevante para esse tipo de autoridade dentre os outros subcampos disponíveis. Definiu-se que o campo 372 contaria com todas as áreas de formação acadêmica do docente, independente da área de atuação na instituição. Para o campo 373 (instituições associadas) optou-se por incluir todas as instituições da formação acadêmica e de trabalho disponíveis no Lattes. E para o campo 374 (profissão) padronizamos a expressão ‘Docente UFJF’ para maior precisão na recuperação.

Figura 2 – Registro de autoridade de docente da UFJF

0		n # n
0		1
5		201902280802.5
8		170718nn acnnaabn aba #d
40		\$a BR-JfUFB \$b por \$c BR-JfUFB \$e rda
100	1	\$a Yamamoto, Celia Hitomi
370		\$g Juiz de Fora
372		\$a Farmácia
372		\$a Bioquímica
373		\$a Universidade Federal de Juiz de Fora
373		\$a Universidade de São Paulo
374		\$a Docente UFJF
375		\$a Feminino
377		\$a por
378		\$q Celia Hitomi Yamamoto
400	1	\$a Yamamoto, C.H.
400	1	\$a Yamamoto, Celia
400	1	\$a Yamamoto, Celia Hytomi
670		\$a Lattes (online) 21/01/2019 \$b (rems. ; nota)
678		\$a Graduação em Farmácia e Bioquímica pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, mestrado e doutorado em Fármaco e Medicamentos, área de Produção e Controle Farmacêuticos pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo. \$u http://lattes.cnpq.br/3124846349452823
930		\$a 0000000002161932 \$b Feb 28 2019 8:02AM

Fonte: Os autores, 2019.

4 Conclusões e perspectivas futuras

Concluimos que as dificuldades encontradas na implementação do RDA no catálogo de autoridade da UFJF estão relacionadas à falta de recursos humanos especializados, ao software Pergamum e suas limitações, à falta de cursos de capacitação voltados para o RDA e à carência de discussões e ambientes para troca de experiência com bibliotecas que façam o uso do RDA nos seus catálogos.

As perspectivas futuras são a continuidade da implementação, visando atingir maior quantidade possível de registros de autoridade em RDA; e que os softwares de gerenciamento de acervos brasileiros ampliem a aderência ao RDA para que todos os benefícios de relacionamento entre os registros sejam usufruídos para descoberta de recursos informacionais pelos usuários e também que implementem relatórios que permitam usar os benefícios dos novos dados inseridos nas autoridades.

Referências

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. A importância do controle de autoridade: uma abordagem baseada nos objetivos e nas funções dos catálogos. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/18843/>. Acesso em: 28 jan. 2019.

TEIXEIRA, Marcelo Votto. O RDA no controle de autoridades do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <http://www.abinia.org/catalogadores/53-196-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

Universidade Federal de Juiz de Fora. **Portal UFJF**. Juiz de Fora, [ca. 2017]. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/sobre/historia>. Acesso em: 23 jan. 2019.